

Artigo de opinião

(Por Lúcio Neto Amado)

Título: “O Estado e a Cultura e a Cultura do estado”

Este artigo tem, de facto, um título notável a todos os níveis.

Sublinhamos, sem qualquer complexo, que o título é notável a vários níveis, porquanto;

- a) salta à vista, despertando a atenção de quem o lê;
- b) chama a atenção dos mais curiosos que, embora tenham a “preguiça” de ler, sentem, contudo, a curiosidade de saber qual é o conteúdo do tema, fundamentalmente, porque mexe com essa fortíssima estrutura social que é o Estado;
- c) deposita nas «mãos» dessa elite letrada e culta – sobretudo a cidadina – a possibilidade de fazer algo pela sua própria sobrevivência identitária e cultural, salvando a rica herança deixada pelos seus antepassados;
- d) releva para a sociedade a capacidade de “julgar” o desempenho de quem ela elegeu nas urnas para dirigir o seu próprio destino;
- e) acrescenta mais qualquer coisa de positivo à diáspora que precisa de se afirmar nos países onde se encontram. Essa diáspora necessita e sente, mais do que ninguém o pulsar da sua identidade cultural. As agruras da imigração que são de natureza variada são, na maior parte das vezes, quebradas com sentimentos e manifestações de *kuá tela non* [“coisas” da nossa Terra] como a gastronomia, a música, as danças;
- f) este título tem a pretensão de abordar temas que são olvidados pela estrutura estatal e por uma parte significativa dos agentes de cultura do país, que não se manifestam nos [poucos e esclarecedores] fóruns nacionais para a melhoria dessa estagnação cultural, que dura há décadas.

No fundo, o que este título encerra, pode significar um grito desesperado de alerta sobre um acervo que constitui um laço forte da união de toda uma comunidade, de todo um povo, entendido como um conjunto de indivíduos que têm em comum, uma «mão cheia» de *coisas* que são identificadas como fazendo parte da cultura.

A cultura, indo de acordo com a antropologia cultural, é justamente o elo principal que une e identifica um povo no seu todo. O sentimento de pertença de uma comunidade retracta os traços que compõe essa cultura que não é, em circunstância alguma, transmitida pelo cordão umbilical, mas sim adquirida ao longo da vida.

O Estado e a cultura

O Estado [são-tomense] e a cultura e a cultura do estado do país, não é, decididamente, a mesma coisa. Ambos são momentos bem distintos um do outro, tendo no entanto princípios que se vislumbra sejam convergentes nos objectivos.

A importância que o Estado parece atribuir à cultura, dispensa comentários, até do curioso, crítico e atento “homem de rua”. Essa triste constatação, é, na realidade um

[des]propósito que parece ser direccionada apenas para momentos de circunstância, – *é mais para inglês ver* – ou seja, quando algumas delegações governamentais de países terceiros se deslocam ao nosso país para “negociar” alguma *dádiva*, seja ela de que natureza for.

A “*mãe*” de todas essas *dádivas* é, por excelência, de natureza exclusivamente monetária. Essas *dádivas* retractam, do ponto de vista de negócio, uma *esmola* ao nosso pedinte Estado, que para se *manter em forma*, passa a vida a fazer «exercícios de musculação» para manter os *braços tonificados*, possibilitando às mãos o exercício de estar sempre estendida a pedinchar.

Essa saga passa frequentemente pelo *perdão* da dívida contraída; pelo pedido de financiamento para projectos “fantasmas”; ou para a construção de *obras* cujos *pilares* assentam em andaimes que são, por vezes, obscuros, na forma e no conteúdo.

Naturalmente que o dinheiro *vivo* que *eternamente* pedimos, aos «parceiros», aos «doadores», aos países «irmãos» e quejandos, alimenta o corpo, mas, à alma, nem por...isso. Quem sai a perder é de facto a alma, porque onde ela habita não tem necessidade de ter água quente, nem nas banheiras, nem nas praias, nem nas...

Enfim, alma é alma, pois nunca ninguém viu nenhuma a circular nas nossas avenidas dentro de *carrões* com vidros fumados.

Nas deslocações que os nossos governantes fazem, frequentemente, ao estrangeiro¹, nunca são incluídos qualquer dirigente estatal ligado à Cultura [o director, por exemplo] ou mesmo algum elemento «civil» ou agente da área, nomeadamente, um escritor, um artista plástico, um músico, um compositor, um contador de sóia. Aqui entra a nossa diáspora² que precisa – transmitir dados concretos aos seus rebentos nascidos nesses países – matar a saudade vendo e sentindo de tempos a tempos algo que lhes liga umbilicalmente ao seu país de origem.

Os nossos escritores³ – é o caso de um potencial e promissor(?) jovem que apareceu num programa de televisão nacional – lutam com dificuldades de todo o tamanho para poderem publicar as suas obras. Os cantores – Pêpê Lima é um deles – não conseguem gravar os seus discos. Os artistas plásticos não conseguem – Katita é um

¹ O Jornal *Kê Kuá!* publicado no dia 16 de Junho de 2013, esclarece, numa crónica assinada pela conhecida jornalista São de Deus Lima, que, “(...) da delegação primo-ministerial são-tomense a Luanda, fazem parte o Ministro da Defesa, Óscar Sousa, a Ministra dos Negócios Estrangeiros, Natália Umbelina, o Ministro das Finanças, Hélio Almeida, o Ministro das Obras Públicas, Recursos Naturais e Infra-Estruturas, Osvaldo Abreu, o Presidente do Governo Regional do Príncipe, José Cardoso Cassandra, João Gomes, Conselheiro do Primeiro-ministro e empresário, Carlos de Castro, Director da Cooperação e Filipe Moniz, Director do Planeamento do Ministério do Plano e Finanças.

Numa outra crónica, dessa vez relacionada com a visita oficial que o senhor Presidente da República Dr. Pinto da Costa fez a Cuba, a mesma jornalista escreveu que “(...) a delegação presidencial incluiu, [...] os ministros da Saúde e da Educação, duas áreas fundamentais da cooperação entre os dois países”

² A diáspora são-tomense estava assim distribuída em 2001; “(...) República do Gabão 8.000 ou mais cidadãos, República de Angola com cerca de 15.000 ou mais, República portuguesa com cerca de 20.000 e provavelmente muito mais”. Bastos, Luís Vaz de Sousa (2011) “S. Tomé e Príncipe – desafios e desenvolvimento”, 1ª edição, UNEAS, São Tomé.

Existe actualmente nichos de imigrantes são-tomenses espalhados em Cabo Verde, no Reino Unido, na Bélgica, em Moçambique, em Macau, em França, na Guiné Equatorial, entre outros.

³ Eis o nome de alguns escritores vivos da nossa Praça, que provavelmente não são conhecidos por alguns dos nossos governantes, nem de uma parte significativa de cidadãos: Jerónimo Salvaterra, Luís Vaz de Sousa Bastos, Inocência Mata, Maria Cristina Barbosa, Albertino Bragança, Francisco Costa Alegre, São de Deus Lima, Carlos “Bené” do Espírito Santo, Olinda Beja, António Bondoso, entre outros.

exemplo - retractar convenientemente as suas obras. Os compositores não têm «espaço» para explanarem, convenientemente as composições musicais.

Quando viajarem, meus caros compatriotas que soçobram pastas governamentais, façam a diferença, tentando incluir, pelo menos, um elemento que aglutine tudo isso, pois, à margem dos acordos oficiais, ele poderá eventualmente assinar acordos com esses parceiros: músicos, artistas plásticos, escritores, compositores, etc.

O interessante e promissor «espaço» da Comunidade de Países de Língua Portuguesa

O generoso e profícuo espaço que é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) consubstanciado na propalada Lusofonia, é um «mercado» deveras interessante para esses compatriotas da Cultura que poderão ver as suas obras divulgadas e vendidas nesse privilegiado lugar da língua que todos falamos.

Angola, Moçambique, Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Timor-Leste, Macau e Guiné Equatorial, são «espaços» que transformados em mercado, ajudarão⁴ todos os nossos agentes culturais a... *vivê*, sobretudo porque aí, *genti vívi muintu* e pode ganhar algum dinheiro.

O Estado parece coabitar mal com tudo o que diz respeito à cultura, justamente porque esta, provavelmente não terá estado na agenda dos vários executivos que chefiaram os destinos desta insular República, como algo prioritário.

Um autor disse certa vez que o Estado, enquanto instituição, é uma ideia. Contudo, esta ideia parece não iluminar a mente dos elementos que vêm dirigindo a nossa Nação, nestes últimos trinta e oito anos de existência como país *livre* e independente.

Provavelmente, ao longo desse celebrado período em que o *Outro* partiu, nos idos anos da década de 70 do século XX, todos os governos, lidaram mal, ou melhor dizendo, demonstraram possuir pouca – para não dizer quase nenhuma – sensibilidade com essa “coisa” que se dá pelo nome de Cultura.

Não se conhecem, verdadeiramente, projectos credíveis para essa área que muitos continuam a pensar que ela só existe porque, quase todos os governos do mundo incluem nos elencos governamentais uma pasta de assuntos de... CULTURA.

A diplomacia da Cultura surge nos dias de hoje como crucial para divulgação de um produto que a maior parte de indivíduos de países industrializados, constituídos como turistas procuram, nas paragens distantes conotados, como países em vias do desenvolvimento, possuem nos seus “virgens” e «exóticos» territórios.

⁴ A propósito do mercado, da parceria e da “ajuda” que o «espaço» da CPLP nos pode proporcionar, salientamos a título de exemplo palpável, que uma Embaixada de uma República da área da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, acreditada no nosso país, publicou um comunicado de Imprensa nos órgãos de comunicação social são-tomenses publicitando um *Festival Internacional de Cinema* que se vai realizar nesse país de 15 a 21 de Novembro de 2013. No referido comunicado a Embaixada em causa “(...) *informa ainda que a organização do evento suporta as despesas de deslocação aérea [...] alojamento e alimentação*”. É-nos endereçado, por conseguinte, um convite formal para participarmos.

Este é de facto, um exemplo acabado da potencialidade que esse «espaço» nos pode facultar se houver um interesse estatal em projectar criteriosamente a Cultura de São Tomé e Príncipe, como membro efectivo e participativo dessa magnânima Instituição.

Regra geral, a maior parte dos elencos governamentais são-tomenses, parece dar pouca importância à cultura, pois os ministérios por eles formados, nunca contemplarem um responsável que tenha assento no conselho de ministros.

Ao criar-se um ministério de qualquer coisa e... Cultura está-se decididamente a subalternizar esta «coisa» esquisita que dá pelo nome de cultura que vive – salvo as devidas proporções – paredes meias com o grosso da pobreza que grassa em quase todos os silenciosos e envergonhados cantinhos da nossa “santa” terrinha.

A visibilidade da nossa cultura passa pelas lentes escuras da elite que está na “calha” para serem futuros governantes, do nosso [des]contentamento.

A Cultura do estado

A cultura do nosso estado parece não ser, de momento, nada recomendável, para os interesses da comunidade em geral. Uma parte significativa de jovens [juntamente com os seus pais] na actualidade manifesta não ter, em princípio, qualquer referência objectiva do que é a cultura do seu país. Existe um estereotipado complexo daquilo que a sociedade em geral tem acerca da Cultura.

Convém salientar que entendemos aqui a *Cultura do estado* como representando o nosso país real, a nossa fragmentada sociedade.

Os “teimosos” da nossa praça

Não temos qualquer festival de música digna desse nome, sistematizado e realizado com alguma frequência, na nossa pátria.

Temos, felizmente um “teimoso”, no bom sentido, que se dá pelo nome de João Carlos Silva, que luta, como se fosse o nosso *dom Quixote de la Mancha*. A realização e a promoção de mais uma Bienal, por ele concebida, é de se lhe tirar o *chapéu*.

Os outros “teimosos” são o artista plástico Eduardo Malé, que tem uma belíssima exposição de pintura/escultura, no espaço CACAU, designada “*Máquinas Fúteis e Geografias Mentais na Mesma Máscara*”. Essa exposição está, praticamente ... às moscas. As escolas particulares visitaram em peso essa magnífica exposição. Não sei qual é a situação dos alunos das escolas oficiais, relativamente à visita de estudos.

O Caustrino Alcântara, o Manuel Salomé da Região Autónoma do Príncipe, o Calú Mendes, o Hairton Dias e uma «velha guarda», onde se incluem o Rivete, o Zé Bruêê, o Cardoso, o Zé Aragão, o Alberto Morais, o Pêpê Lima, o “*general*” João Seria, o Gilberto Gil Umbelina, o conjunto Sangazuza e algumas bandas musicais, fazem parte desses “teimosos”.

Feira de livros, ou feira das vaidades?

Demos ao luxo de organizar uma *feira de livros*, com pompa e circunstância, durante *três dias* no maior Liceu Nacional do país. Nessa louvável iniciativa não se vislumbrou uma obra literária de qualquer escritor são-tomense, excepção feita a Almada Negreiros. É obra!

Não é pedir muito, mas podíamos, organizar timidamente uma lista com o nome dos escritores e outros artistas que «proliferam» na nossa praça, numa sebenta escolar,

para os alunos conhecerem quem são os seus concidadãos que se dedicam a essas manifestações culturais.

A designada Casa da Cultura, obra que, acreditamos tenha custado uma *pipa de massa*, está como se fosse, *mina di dêfuntu kiádu, sê pé nê men*⁵. Em termos de utilidade prática, ela compete mon pló mon [mano-a-mano] com a única, inoperante e desperdiçada, casa de cinema do país.

O único museu existente nas instalações da fortaleza só é visto de fora, porque está plantado ao lado de uma ... praia (Praia da Pê Éme) por sinal, bastante frequentada.

O Arquivo Histórico e a Biblioteca Nacional

O Arquivo Histórico está a “vegetar” no decrepito largo onde se situa o cinema e a Biblioteca Nacional (?). Tanto o Arquivo como a Biblioteca Nacional funcionam – fazendo um transfer – como a Santa Bárbara nos dias de trovões, ou seja os nossos governantes só se lembram dessas duas Instituições quando “troveja”. O “trovejar”, significa, a improvisação de salas para se fazerem conferências. As directoras dessas duas abnegadas Instituições são umas incógnitas heroínas, pois mantêm as portas abertas, sem o mínimo de condições de trabalho. Não há máquinas fotocopiadoras, as obras literárias parecem não ter as necessárias acomodações, não há, provavelmente, verbas para outras rubricas consideradas mínimas para o seu real funcionamento.

Existe na Região Autónoma do Príncipe, um procedimento diferente. Os governantes dessa parcela do nosso Arquipélago aparentam ter uma postura diferente em relação a essa matéria. O Centro Cultural é extremamente bem cuidado, está convenientemente apetrechado e monitorizado. As preocupações com os traços culturais embora limitados parecem ter um tratamento mais criterioso e consentâneo com a tradição.

A televisão nacional (TVS) passa na sua programação diária umas imagens apelidadas de “Vungo Doxi” que é no fundo a ideia que temos acerca da Cultura existente no país. Alguns grupos amadores, que gravam para a televisão, exibem indivíduos, que aparentemente, nada tem a ver com o objectivo daquilo que se pretende mostrar, tornando a apresentação pobre. Isto é em princípio o estado da nossa (in)cultura.

É necessário chamar-se a atenção de quem de direito, que se deve ensaiar bastante e bem, para se poder apresentar «coisas» com alguma qualidade.

Tal é o “desnorte” que, dificilmente se vê e ouve tocar-se a Ússua que já está perto do chamado reino dos dinossauros. Quem detém o ceptro dessa dança são os descendentes dos nossos antepassados, com destaque para os Camblés, residentes no sítio de Cruzeiro, Trindade. Aproximemo-nos desses nossos compatriotas que devem ter, muito a ensinar sobre esta dança cuja música os nossos conjuntos já têm vergonha de interpretar, nas festas.

Dificilmente surge no horizonte uma representação dessa linda e gostosa dança antiga – timidamente representadas nas festas realizadas por professores [poucos são os

⁵ *Mina di defuntu kiádu, sê pé nê men*, expressão da língua forro cuja tradução é: filho órfão que não conheceu, nenhum dos progenitores [nem o pai nem a mãe]. Logo foi criado [educado] por terceiros, que lhe deram a mão.

professores com essa sensibilidade e preocupação na nossa sociedade] *corajosos* das nossas escolas – cultivada pelos nossos pais. Nota-se que cada comunidade interpreta e dança de acordo com o que pensa ser a reminiscência da Ússua. As versões são mais que muitas.

Mais coisas tínhamos a dizer sobre o assunto, mas como se trata de um artigo de cariz jornalístico, não nos estendemos mais.